

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PL Nº 1.518, de 2015

Acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências" para determinar ao fornecedor o depósito prévio do valor correspondente da multa cominada de sanção administrativa, como condição para interposição de recurso em juízo de segundo grau.

O Congresso Nacional Decreta:

*Art. 1º Esta lei acrescenta parágrafo ao art. 57 da lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, a fim de determinar ao fornecedor o depósito prévio em juízo do valor correspondente da multa cominada de sanção administrativa, como condição para interposição de recurso em juízo de segundo grau.*

*Art. 2º O art. 57 da lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se parágrafo único em § 1º.*

*“Art. 57.....*

*.....*

*§ 2º. A apresentação de recurso em segunda instância judicial pelo fornecedor com o objetivo de impugnar a aplicação de sanção administrativa prevista neste Capítulo e julgada procedente pela justiça de primeira grau está condicionada ao depósito prévio em juízo do valor em dinheiro correspondente a multa cominada na esfera administrativa. (NR)*

*Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 2017

Deputado **RODRIGO MARTINS**

Presidente